



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

SETEMBRO DE 2018

1



DESTAQUES ESTATÍSTICOS #20

Observatório das Migrações

Neste mês o Observatório das Migrações (OM) dedica as suas rotinas de trabalho ao tema da **imigração e línguas**, assinalando o [Dia Europeu das Línguas](#), 26 de setembro, que resulta de uma iniciativa conjunta do Conselho da Europa (COE) ([Recomendação 1539 \(2001\)](#)) e da [Comissão Europeia](#). Como se identificou na [Newsletter Temática OM deste mês](#), a União Europeia desenvolve ativamente uma política de promoção do plurilinguismo, com o intuito de preservar e valorizar a diversidade linguística existente na Europa. Tal significa não apenas promover a aquisição das línguas de acolhimento por parte dos imigrantes, mas também mobilizar as competências linguísticas destes para o enriquecimento comum.

Neste Destaque Estatístico OM são analisados diversos indicadores disponíveis acerca deste tema da relação entre imigração e línguas: identificam-se as principais línguas maternas dos imigrantes de língua estrangeira presentes na Europa; analisa-se a importância atribuída pelos cidadãos comunitários à aprendizagem das línguas de acolhimento por parte dos imigrantes para o seu processo de integração; apresentam-se as medidas de aprendizagem das línguas de acolhimento desenvolvidas nos Estados-membros para favorecer a integração; e enunciam-se os Estados-membros que suplementam o ensino dos estudantes imigrantes que não falam a língua de acolhimento através de professores especificamente formados ou aulas de língua materna ou bilingues. Finalmente, focando no caso português, consideram-se os indicadores dos principais programas disponíveis de promoção da aprendizagem da língua portuguesa como língua não materna para a integração escolar de imigrantes e seus descendentes, e, noutra vertente, consideram-se os resultados de um projeto experimental nacional de ensino bilingue.

Continue a partilhar connosco as suas novidades académicas através do email om@acm.gov.pt e acompanhe-nos no sítio www.om.acm.gov.pt e na página do *Facebook* <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes>



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que a língua portuguesa está entre as principais línguas aprendidas na infância pelos imigrantes dos países europeus?

2

No relatório da [OCDE sobre indicadores de integração de imigrantes](#) consideraram-se os resultados do Programa para Avaliação Internacional das Competências de Adultos (PIAAC) para perceber quais as principais línguas maternas dos imigrantes de língua estrangeira. Para este efeito, os imigrantes de língua estrangeira foram definidos como aqueles que não declararam nenhuma das línguas do país de acolhimento como sendo uma das duas línguas principais que aprenderam na infância. As pessoas abrangidas pelo inquérito tinham entre 16 e 65 anos de idade.

O estudo da OCDE [Indicators of Immigrant Integration](#) (2015), recorrendo a informação analisada no PIAAC (OECD Programme for the International Assessment of Adult Competencies) sobre as línguas de origem e a línguas faladas em casa, destaca que nos 20 países onde há dados disponíveis, dois em cada três imigrantes tiveram como língua de origem (aquela que aprenderam na infância) uma língua diferente da língua do país de acolhimento. Esta proporção é maior nos países de acolhimento onde a língua oficial é pouco falada fora das suas fronteiras (e.g., Itália e Alemanha). Por contraste, em países como a Espanha ou a Irlanda mais de metade dos imigrantes reportam que a língua do país de acolhimento foi uma das línguas que aprenderam na sua infância. O mesmo relatório da OCDE realça que na maioria dos países analisados são poucos os imigrantes que falam a língua do país de acolhimento em casa. A exceção surge na República Checa e na Eslováquia, refletindo uma maioria de imigrantes residentes oriundos da antiga Checoslováquia. Na Holanda, França e Alemanha cerca de 50% dos imigrantes que não tiveram como língua materna (ou não aprenderam na infância) a língua do país de acolhimento falam esta língua em casa. Esta elevada proporção pode ser atribuída à longa experiência migratória desses países (com um elevado número de imigrantes que já estão estabelecidos no país há muitos anos). Na França e na Holanda para esta proporção muito contribui ainda a elevada presença de populações imigrantes oriundas de antigas colónias desses países. Pelo contrário, a maioria dos imigrantes dos Estados Unidos, Canadá, Bélgica e Irlanda que não tiveram como língua materna a língua do país de acolhimento continuam a falar a sua língua de origem em casa (aprofunde em [Oliveira e Gomes, 2017:108-109](#)).

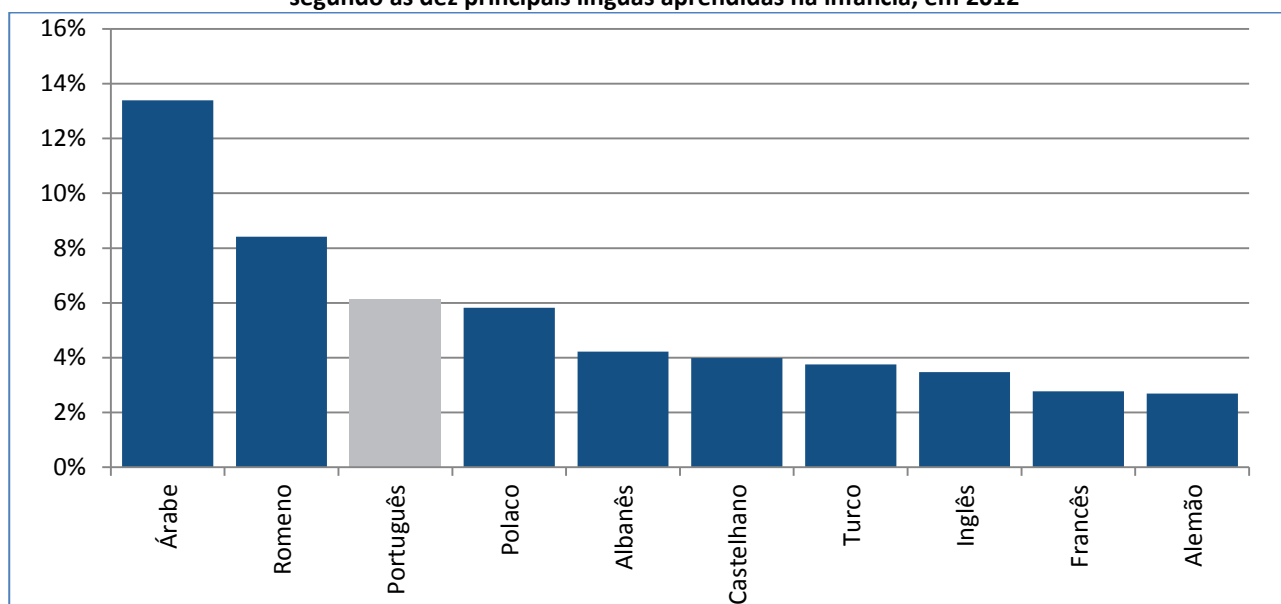
Em relação ao conjunto de países europeus que participaram no inquérito, o que se constata é ser o árabe a principal língua materna destes imigrantes, com uma prevalência de 13%. As demais línguas maternas que compõem as dez mais representativas são todas de países que fazem parte do continente europeu em termos geográficos (a representar 41%) – incluindo o albanês e o turco, ambos com 4%. A segunda língua materna mais frequente na população imigrante nos países europeus da OCDE é o romeno, com 8%. O português é a terceira língua materna com maior prevalência, totalizando 6,1%, mas devemos ter em conta que para este valor contribuirá, além da migração portuguesa, também a migração proveniente de outros países com língua oficial portuguesa, nomeadamente do Brasil e dos PALOP (representando cerca de 900 mil pessoas). O polaco surge em quarto lugar, também com 6% e apenas ligeiramente aquém do português. As demais línguas têm todas representatividades iguais ou inferiores a 4%. Note-se que estes dados dizem apenas respeito aos países europeus da OCDE que participaram no PIAAC. Os dados relativos à OCDE em geral referenciam também os países tradicionais de imigração não europeus, em particular os Estados Unidos da América, que, dado o volume dos seus contingentes, impõem uma hierarquia das línguas



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

maternas dominada pelo castelhano (32,4%). Nesse universo geral a língua portuguesa passa para a sexta posição (2,8%), o correspondente a mais de 1 milhão de imigrantes que fala português em países onde a língua de acolhimento é diferente do português (aprofunde em [Oliveira e Gomes, 2017:108-109](#)).

Imigrantes de língua estrangeira residentes nos países europeus da OCDE, do grupo etário 16-64 anos, segundo as dez principais línguas aprendidas na infância, em 2012



Fonte: [OCDE \(2015\) Indicators of Immigrant Integration 2015. Settling in. Paris: OCDE, p. 63](#) (sistematização pela equipa do OM, para aprofundar vd. [Oliveira e Gomes, 2017:108-109](#)).

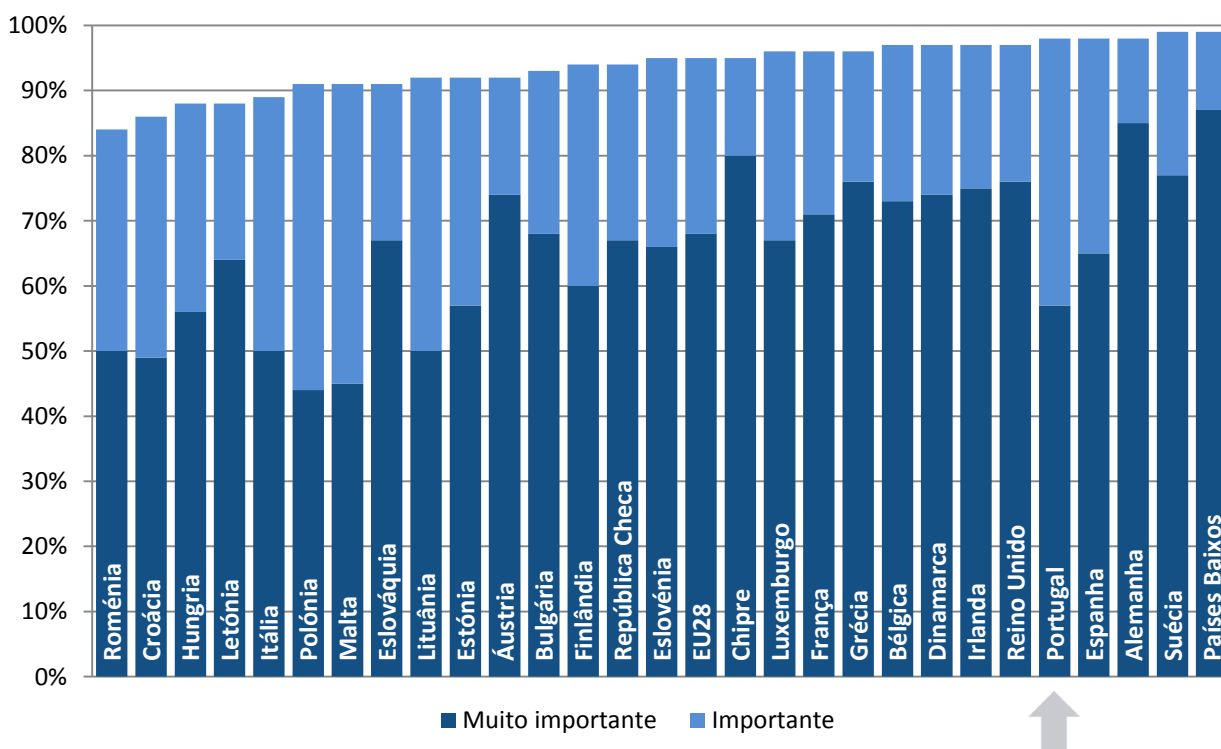


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que os Europeus consideram a capacidade de os imigrantes falarem as línguas dos respetivos países de acolhimento muito importante para a sua integração?

O Eurobarómetro é um inquérito periódico aplicado aos nacionais da União Europeia (UE), com 15 ou mais anos de idade, que residem nos seus diversos Estados-membros. As amostras, cada qual com cerca de 1.000 entrevistas, são de tipo aleatório, representativas dos membros da população-alvo residentes em cada Estado membro, e, mediante ponderação, agregadas de modo a representar também o conjunto da UE. O Eurobarómetro padrão tem duas vagas (momentos de recolha de dados) anuais, uma na primavera e outra no outono. Para além das perguntas regulares do estudo, recorrem de forma esporádica blocos temáticos ditos Eurobarómetros especiais. No [Eurobarómetro Especial 469](#), de outono de 2017, foram colocadas várias perguntas sobre imigração e línguas que dão uma aproximação ao que a generalidade da população europeia pensa sobre o tema.

Percentagem de cidadãos comunitários que, em outubro de 2017, consideravam que era importante ou muito importante os imigrantes serem capazes de falar a língua do país para o sucesso da sua integração



Fonte: [Comissão Europeia \(2018\), Special Eurobarometer 469. Integration of immigrants in the European Union. Report. Luxemburgo Gabinete de Publicações da Comissão Europeia, p. T34.](#)
(sistematização pela equipa do OM).

Ao analisar estes resultados é importante lembrar que as entrevistas do Eurobarómetro são feitas na língua de acolhimento, pelo que automaticamente excluem a franja da população que não a domina, e que a



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

amostra não representa na perfeição a diversidade da sociedade no que respeita a antecedentes migratórios, excluindo em particular a população com origens extracomunitárias ([Comissão Europeia, 2018](#)).

Na versão do [questionário aplicada em Portugal](#), a primeira pergunta a incidir sobre a matéria tinha a seguinte redação: “As pessoas têm opiniões diferentes sobre o que significa estar bem integrado na sociedade portuguesa. Em que medida cada um dos seguintes aspetos é importante para uma integração com sucesso dos imigrantes em Portugal?” Eram então elencados os diferentes aspetos, entre os quais “Ser capaz de falar português”, e pedido às pessoas que dissessem se eram muito importantes, importantes, pouco importantes, ou nada importantes. Era ainda possível responder que não se sabia ou simplesmente declinar responder.

Conclui-se que a nível comunitário se pensa que é particularmente importante que os imigrantes sejam capazes de falar a língua do país para o qual migraram. Mais de nove em cada dez respondentes (95%) pensam que a capacidade de os imigrantes falarem a língua do país de acolhimento é importante para uma integração bem-sucedida. Mais de dois terços (68%) dos respondentes consideram mesmo que isto é muito importante. Portugal é o quinto país com a maior percentagem (98%) de pessoas a responder que este conhecimento é efetivamente importante, ainda que o número de pessoas que o fazem com a maior veemência possível, ou seja, declarando-o “muito importante” (57%), seja inferior à média da UE28 (68%) ([Comissão Europeia, 2018](#)).

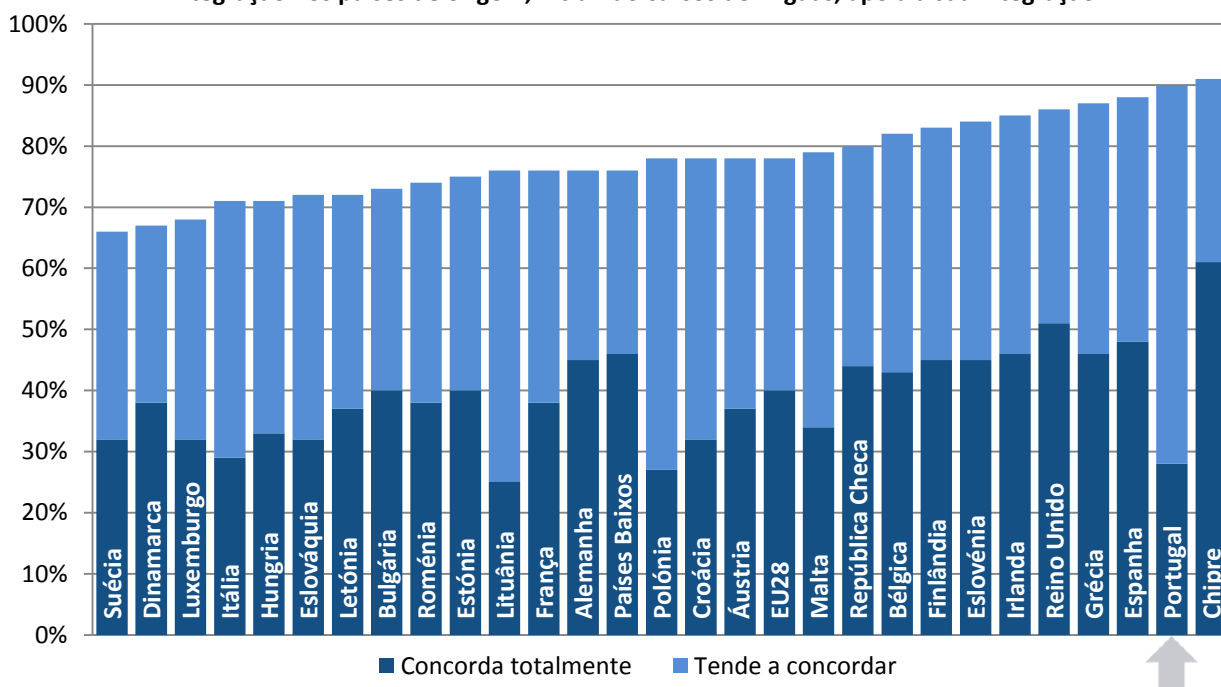


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que a medida de apoio à integração dos imigrantes relativa a línguas mais consensual na UE é a oferta ou melhoria dos cursos que os imigrantes poderão fazer à chegada?

Ainda no Eurobarómetro Especial 469 ([Comissão Europeia, 2018](#)), perguntava-se também: “Em que medida concorda ou discorda que cada uma das seguintes medidas pode apoiar a integração dos imigrantes?” Eram então lidas às pessoas várias medidas, entre as quais três sobre o tema da imigração e línguas: “Disponibilizar medidas de integração nos países de origem antes de chegarem a Portugal (por ex., cursos de línguas, informações sobre o país de destino)”, “Oferecer ou melhorar os cursos de línguas para imigrantes aquando da sua chegada”, e “Tornar obrigatórios os programas de integração e os cursos de línguas para imigrantes aquando da sua chegada”. As pessoas deviam então posicionar-se declarando concordar totalmente, tender a concordar, tender a discordar, ou discordar totalmente. Mais uma vez, era ainda possível responder que não se sabia ou simplesmente declinar responder.

Percentagem de cidadãos comunitários que, em outubro de 2017, concordava que disponibilizar medidas de integração nos países de origem, incluindo cursos de línguas, apoia a sua integração



Fonte: [Comissão Europeia \(2018\), Special Eurobarometer 469. Integration of immigrants in the European Union. Report. Luxemburgo Gabinete de Publicações da Comissão Europeia, pp. T49.](#)
(sistematização pela equipa do OM).

Os resultados deste inquérito mostram que, em 2017, na generalidade dos Estados-membros, pelo menos dois terços (66%) dos entrevistados concordavam que seria positivo para o processo de integração se os imigrantes beneficiassem de medidas de integração tais como cursos de língua de acolhimento e informação sobre os seus países de destino quando ainda se encontrassem nos países de origem. Portugal

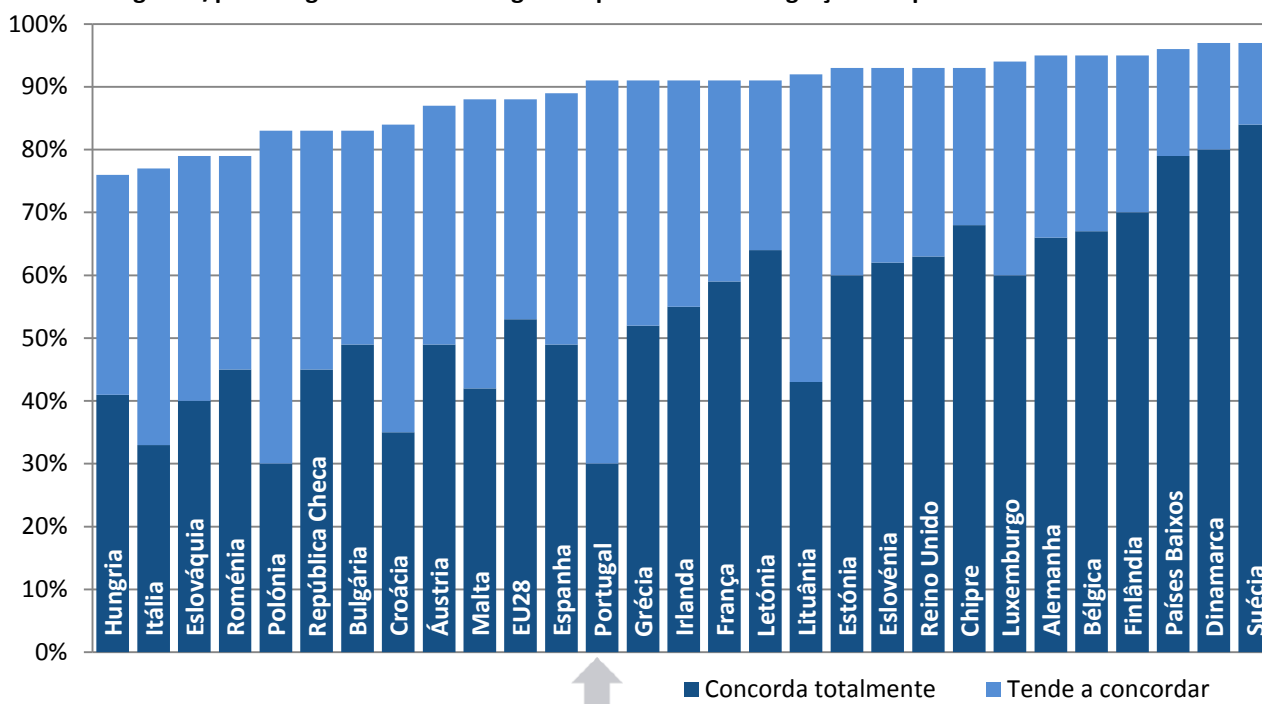


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

era então dos países onde mais se concordava em geral com este tipo de medida (90%), mas menos se concordava totalmente (28%) com a mesma. Posicionava-se assim 12 pontos percentuais acima da média da UE28 no que respeita ao primeiro tipo de concordância, mas também 12 pontos percentuais aquém da média da UE28 no que respeita ao segundo tipo ([Comissão Europeia, 2018, p. 125](#)).

Outra medida sobre a qual se questionou o público-alvo deste inquérito foi o apoio à integração através da oferta (ou melhoria) de cursos de línguas a/para imigrantes recém-chegados. Concluiu-se que quase nove em cada dez entrevistados (88%) concordava que oferecer ou melhorar cursos de língua(s) de acolhimento para imigrantes recém-chegados ajudaria com o processo de integração, sendo que mais de metade (53%) concordava totalmente com isso e mais de um terço (35%) tendia a concordar. A concordância com esta ideia predominava em todos os países, posicionando-se Portugal perto do meio da tabela, apenas três pontos percentuais acima da média da UE28, mas sendo um dos dois países onde a percentagem de concordância total era mais baixa (30%), ficando neste caso 13 pontos percentuais abaixo da média da UE28 ([Comissão Europeia, 2018](#)).

Percentagem de cidadãos comunitários que, em outubro de 2017, concordava que oferecer (ou melhorar) cursos de línguas a/para imigrantes recém-chegados apoiaria a sua integração nos países de acolhimento



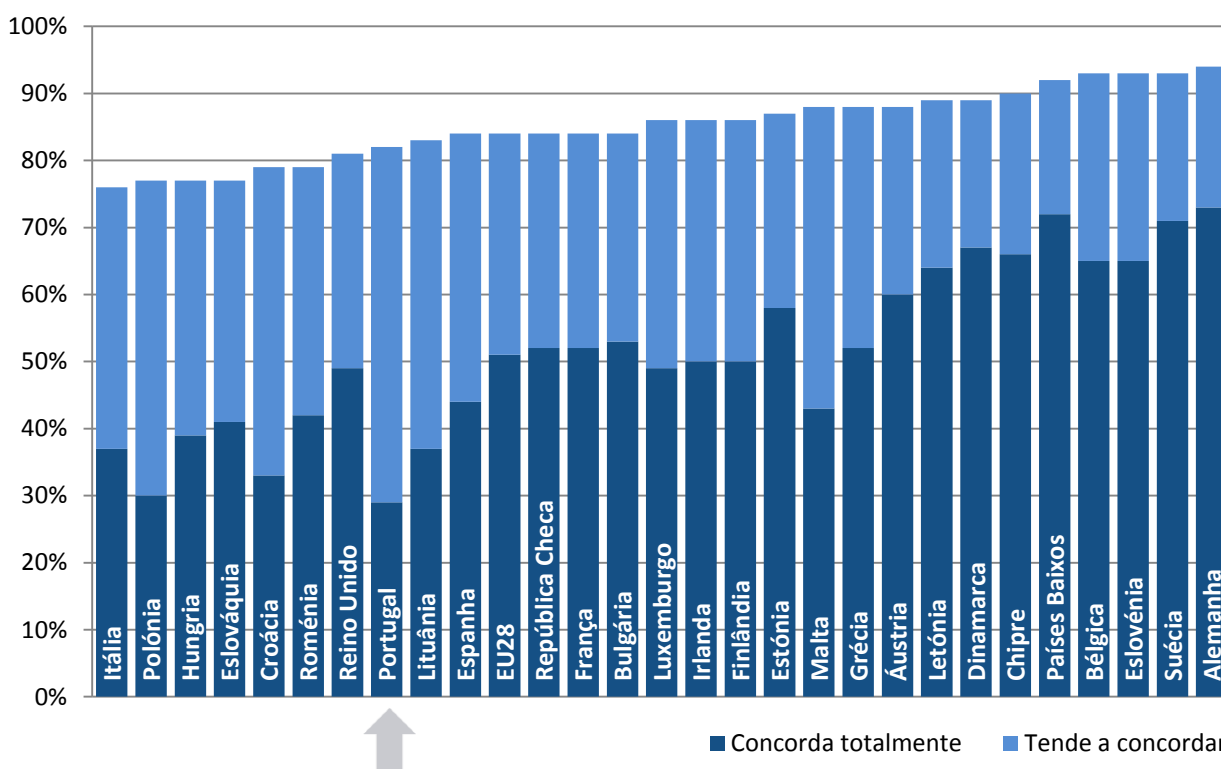
Fonte: [Comissão Europeia \(2018\), Special Eurobarometer 469. Integration of immigrants in the European Union. Report. Luxemburgo Gabinete de Publicações da Comissão Europeia, pp. T52.](#)
(sistematização pela equipa do OM).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Por fim, no que toca a este Eurobarómetro, observou-se que mais de oito em cada dez (84%) respondentes concordavam que tornar os programas de integração e língua de acolhimento obrigatórios para os imigrantes melhoraria as suas perspetivas de integração, sendo que pouco mais de metade dos inquiridos (51%) concordava totalmente e um terço (33%) simplesmente tendia a concordar com esta ideia. No que respeita a esta pergunta, a concordância geral em Portugal ficou então dois pontos percentuais aquém da média comunitária, mas este foi o país onde a percentagem de concordância total mais baixa (29%) foi registada, situando-se 22 pontos percentuais abaixo do valor registado para a UE28 ([Comissão Europeia, 2018](#)), o que pode refletir as características dos programas de aprendizagem do português para imigrantes em Portugal, que assume um carácter voluntário (e não obrigatório) (aprofunde em [Oliveira e Gomes, 2017:111-119](#)).

Percentagem de cidadãos comunitários que, em outubro de 2017, concordava que tornar obrigatórios os programas de integração e os cursos de línguas para imigrantes recém-chegados pode apoiar a sua integração



Fonte: [Comissão Europeia \(2018\), Special Eurobarometer 469. Integration of immigrants in the European Union. Report. Luxemburgo Gabinete de Publicações da Comissão Europeia, pp. T53.](#)

(sistematização pela equipa do OM).

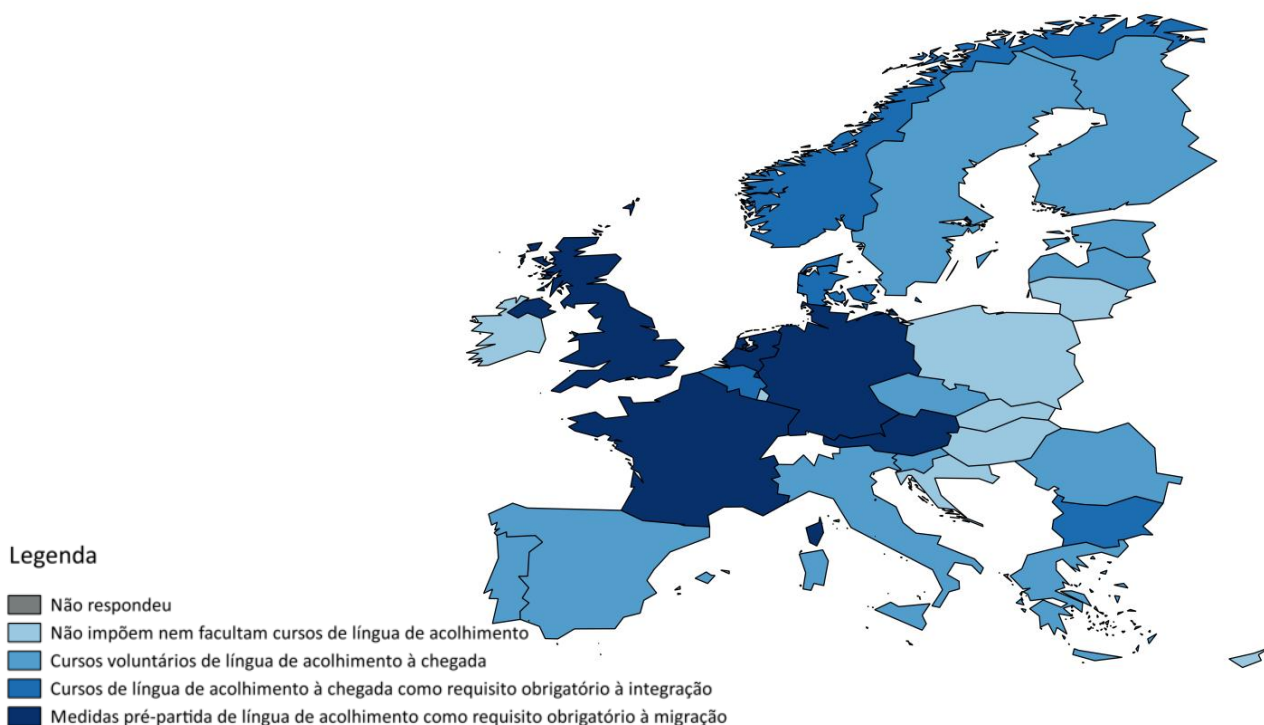


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que os Estados-membros da UE têm assumido diferentes abordagens quanto à obrigatoriedade que conferem à aprendizagem da língua de acolhimento pelos imigrantes?

O estudo de Pascouau (2014) sobre as medidas e programas desenvolvidos pelos Estados-membros para uma melhor integração de nacionais de países terceiros documenta a diversidade existente na União Europeia ao nível da promoção da aprendizagem das línguas de acolhimento por parte dos imigrantes. Alguns países, como a Alemanha, a Áustria, a França, Holanda, ou o Reino Unido, exigem que os imigrantes frequentem programas orientados para a aquisição da língua de acolhimento antes mesmo de saírem do país de origem. Outros Estados-membros, nomeadamente a Bélgica, Bulgária, Dinamarca e Noruega, impõem a realização de cursos de língua de acolhimento, mas apenas à chegada. Por sua vez, uma maioria qualificada dos países da UE28 (Eslovênia, Espanha, Estónia, Finlândia, Grécia, Itália, Letónia, Portugal, República Checa, Romênia, e Suécia), facultam cursos de língua de acolhimento à chegada mas não impõem a sua frequência, sendo os mesmos voluntários para os imigrantes. Há ainda um grupo de países (Chipre, Croácia, Eslováquia, Hungria, Irlanda, Lituânia, Luxemburgo, e Polónia) que não impõem nem facultam cursos de língua de acolhimento, à partida ou à chegada.

Cursos de língua de acolhimento para imigrantes, obrigatórios e voluntários, pré-partida e à chegada em 2014



Fonte: [PASCOUAU, Y. \(2014\), Measures and Rules Developed in the EU Member States regarding Integration of Third Country Nationals - Comparative Report. Bruxelas: European Policy Group, pp. 34, 54, 68](#)
(sistematização pela equipa do OM).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

O mapa sintetiza duas dicotomias de países a partir de quatro situações possíveis, evidenciando a diversidade europeia e a situação de Portugal por comparação aos demais Estados-membros: (1) medidas pré-partida de aprendizagem da língua de acolhimento como requisito obrigatório à migração; (2) cursos de língua à chegada como requisito obrigatório à integração; (3) cursos voluntários de língua de acolhimento à chegada; e (4) países que não impõem nem facultam cursos de língua de acolhimento.

Nos últimos anos alguns Estados-membros lançaram nos países de origem dos nacionais de países terceiros à União Europeia, programas de ensino básico da língua do país de acolhimento e definiram medidas de formação e de validação de conhecimentos acerca do enquadramento cívico e cultural dos países europeus, com o argumento de prepararem os imigrantes para o seu processo de integração antes da sua chegada à sociedade de acolhimento. Em cinco Estados-membros (Holanda desde 2006, Alemanha desde 2006, França desde 2007, Reino Unido desde 2010 e Áustria desde 2011), esses programas assumiram-se mesmo como requisito obrigatório e validado em testes de conhecimento antes da partida desses migrantes, para enquadrar o reagrupamento familiar ou outras formas migratórias legais (e.g., trabalhadores migrantes e estudantes) de imigrantes antes da sua chegada a esses Estados-membros. Quando os imigrantes não demonstram suficientes conhecimentos linguísticos são recomendados a frequentar sessões de formação na língua ainda no país de origem (sendo este um desafio para algumas línguas que não dispõem de recursos de aprendizagem acessíveis em qualquer parte do mundo), sendo-lhes recusado ou adiado o reagrupamento familiar (exceção feita para a França) e a concessão do título legal que enquadra a entrada do cidadão nesse país europeu até realizarem novos testes de conhecimentos linguísticos e demonstrarem possuir os níveis mínimos requeridos. É de notar que estes cinco países também exigem, já à chegada ao país e no percurso de integração do imigrante, que os imigrantes evidenciem competência linguística.

Outro grupo de países da União Europeia, não implementando medidas prévias à partida, define como requisito obrigatório de integração a frequência de cursos da língua de acolhimento à chegada. São eles a Bélgica, a Bulgária, a Dinamarca e a Noruega. Na Bulgária, os cursos são apenas obrigatórios para os refugiados e na Bélgica (Flandres) a obrigatoriedade do contrato de integração e respetivos cursos de língua é dispensada para os cidadãos comunitários, pessoas com deficiência, os maiores de 65 anos, pessoas que residam na Bélgica apenas durante um tempo reduzido, pessoas que tenham um certificado educativo belga ou holandês, pessoas que já tenham um certificado de integração cívica, pessoas que já tenham tido aulas de acolhimento durante um ano letivo completo e requerentes de asilo durante os primeiros quatro meses após a submissão do seu pedido.

Cursos similares eram, à data do relatório (2014), disponibilizados aos nacionais de países terceiros mas numa base voluntária em onze outros Estados-membros: Eslovênia, Espanha, Estónia, Finlândia, Grécia, Itália, Letónia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia. Portugal também se enquadra nesta categoria, por via, nomeadamente, do programa voluntário que promove em território nacional para a aprendizagem da língua portuguesa como forma de integração desde 2008: o *Programa Português para Todos* (PPT) (aprofunde em [Oliveira e Gomes, 2017: 115-118](#)).

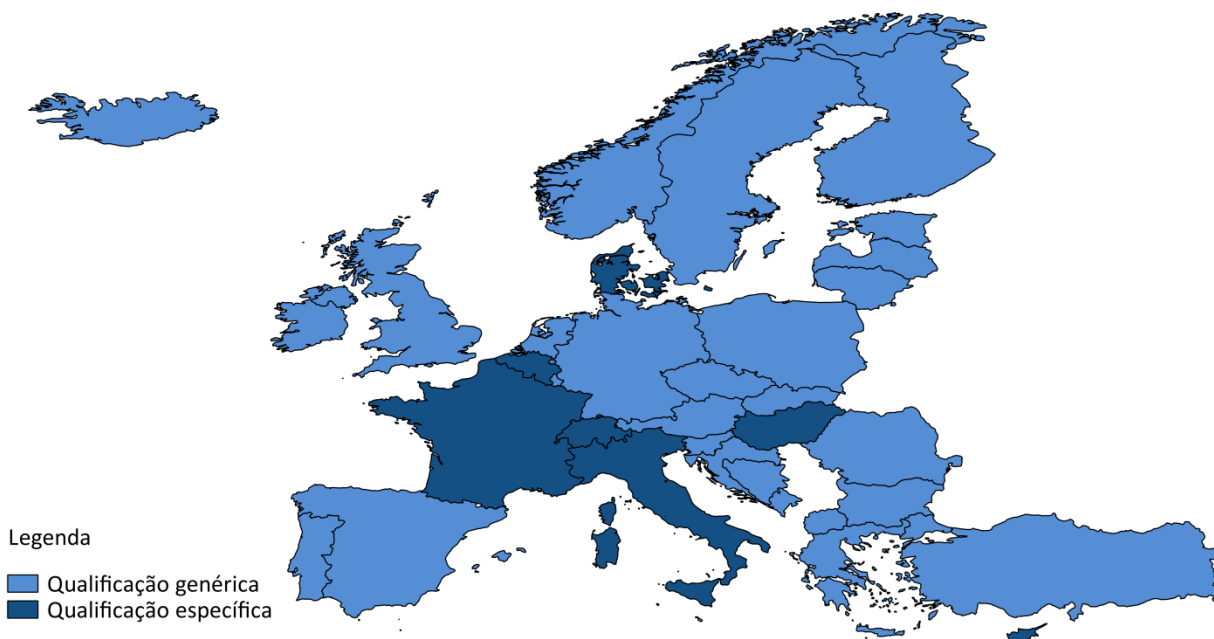


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que apenas em alguns países europeus o ensino de estudantes de origem imigrante, que não falam a língua de acolhimento, é enquadrado pela formação específica de professores e pela promoção de aulas bilingues?

Face ao desafio representado pela integração escolar de estudantes com antecedentes imigratórios e que não falam a língua de acolhimento, os professores têm sentido necessidade de competências especiais que podem ser adquiridas durante a sua formação inicial e desenvolvidas por via da formação contínua. Em alguns países europeus os organismos centrais emanaram normas no sentido de essa formação ser condição necessária ao exercício da profissão junto desse público. O objetivo destas medidas é garantir, por via desses professores especializados no ensino da língua de acolhimento enquanto língua não materna, o melhor apoio possível aos estudantes de origem imigrante que não falem a língua de acolhimento.

Países nos quais os professores de língua de acolhimento não materna têm de ter qualificação específica, 2015/2016



Fonte: [BAÏDAK, N. \(coord.\): BALCON, M-P.; e MOTIEJUNAITE, A. \(2017a\), Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2017 Edition. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, p. 94](#) (sistematização pela equipa do OM).

Contudo, como se pode observar no mapa em cima, essa exigência não existe em três quartos dos países incluídos no recente relatório da rede [Eurydice](#), uma rede europeia que colige e difunde informação comparada sobre as políticas e os sistemas educativos europeus. Os países nos quais existe alguma política deste tipo são a Bélgica (francófona), o Chipre, a Dinamarca, a França, a Hungria, a Itália, o Liechtenstein, a Sérvia, e a Suíça ([Baïdak, Balcon, e Motiejunaite, 2017a, pp. 93-94](#)).



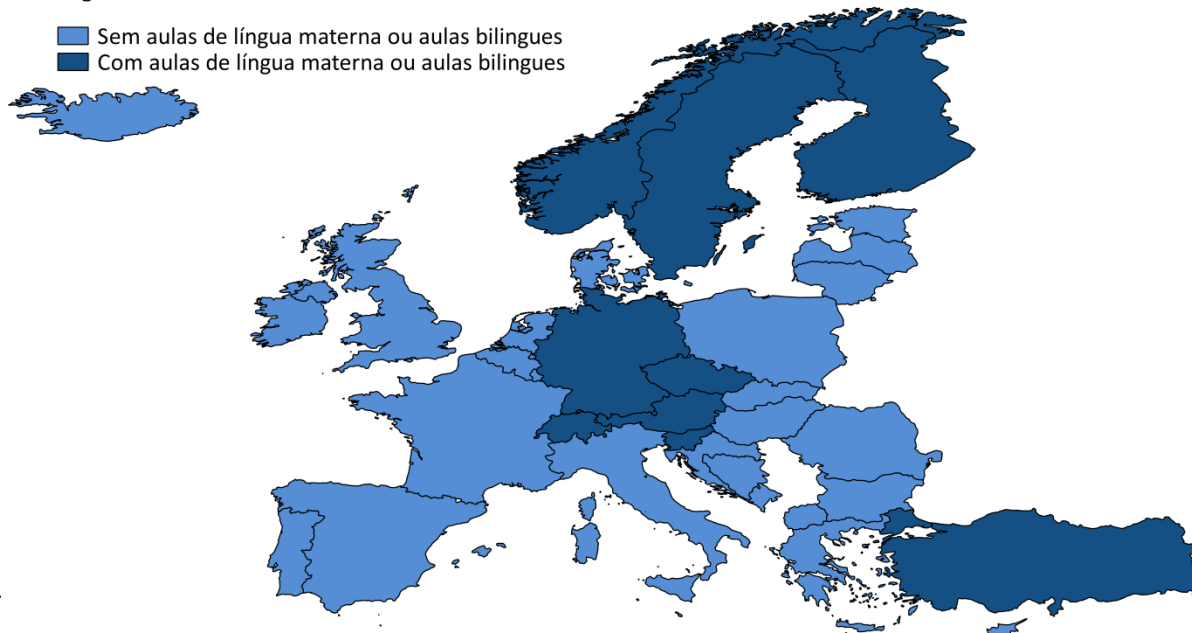
www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Por outro lado, embora a UNESCO tenha vindo a advogar as aulas de língua materna no ensino pré-escolar e primário desde [1953](#), este é um tópico sensível que levanta muitas questões, inclusive organizacionais em escolas cujas respetivas áreas de influência sejam linguisticamente muito diversas ([Baïdak, Balcon, e Motiejunaite, 2017b, p. 19](#)). Os defensores deste tipo de medida consideram poder assim potenciar-se a aprendizagem da língua usada na escola (geralmente, a língua de acolhimento) e o desenvolvimento cognitivo geral destes alunos. A competência na língua materna é ainda vista como um capital linguístico importante, tanto para o indivíduo como para a sociedade ([Comissão Europeia, 2016](#)).

Países nos quais há aulas de língua materna ou aulas bilingues para os estudantes de origem imigrante que não falam a língua usada na escola, 2015/2016

Legenda

- Sem aulas de língua materna ou aulas bilingues
- Com aulas de língua materna ou aulas bilingues



Fonte: [BAÏDAK, N. \(coord.\): BALCON, M-P.; e MOTIEJUNAITE, A. \(2017a\), Key Data on Teaching Languages at School in Europe – 2017 Edition. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, p. 137](#) (sistematização pela equipa do OM).

Vários países providenciam aulas da língua materna, nomeadamente a Áustria, a Eslovénia, a Finlândia, a Noruega, a República Checa, a Suécia, a Suíça, e a Turquia. Por sua vez, a Alemanha, a Noruega e a Suécia facultam aulas bilingues de outras disciplinas. No caso destes dois últimos países, as aulas bilingues podem ser acumuladas com as já referidas aulas da língua materna. O mapa acima representa apenas medidas adotadas pelos países de acolhimento a nível central, excluindo pois iniciativas *ad hoc* do terceiro setor ou ações que os países de origem dos imigrantes organizem por via das suas embaixadas ([Baïdak, Balcon, e Motiejunaite, 2017a, pp. 137-139](#)).

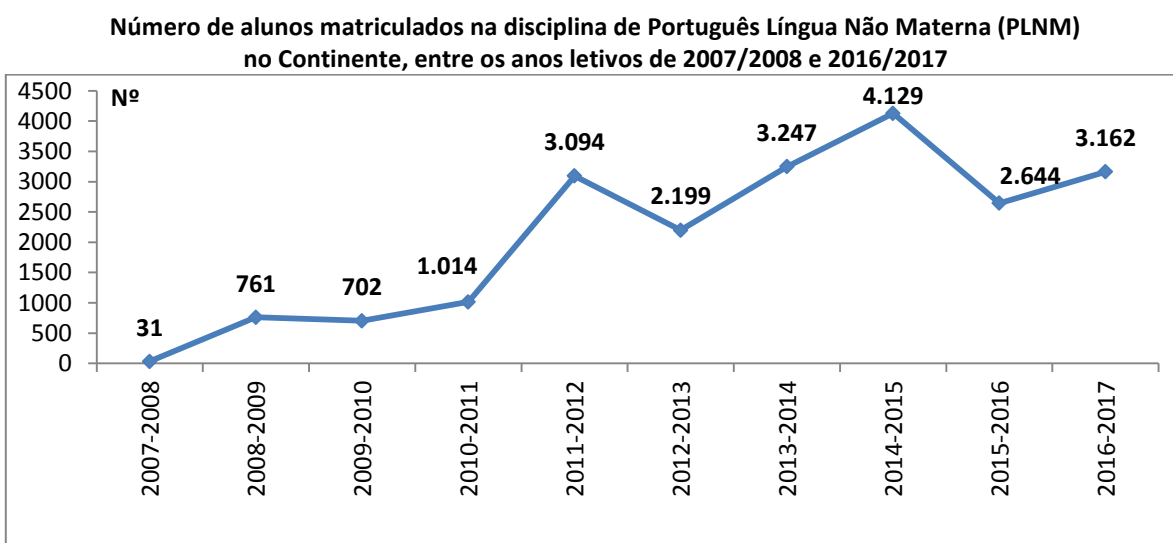


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que Portugal tem promovido a aprendizagem do português como língua não materna para indivíduos que integram o sistema escolar com o português como segunda língua, promovendo ainda alguns projetos experimentais de ensino bilingue?

As primeiras referências oficiais ao Português como língua não materna e língua de acolhimento surgem em 2001 (Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro), tendo o Ministério da Educação desenvolvido em 2001 na região de Lisboa os primeiros projetos-piloto de ensino do *Português como Língua não Materna* (PLNM) e regulamentado posteriormente a disciplina PLNM através do Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de fevereiro (Ensino Básico) e do Despacho n.º 30/2007, de 10 de agosto (Ensino Secundário), estabelecendo os princípios de atuação e as normas orientadoras da sua implementação, acompanhamento e avaliação, com o intuito de promover uma resposta às dificuldades sentidas pelos alunos, nomeadamente os recém-chegados ao sistema educativo nacional. Este enquadramento foi ainda reforçado posteriormente, com o Despacho normativo n.º12/2011, de 22 de agosto, que definiu que os alunos para quem o português não é língua materna devem frequentar o PLNM, equivalendo a carga horária da disciplina à disciplina de Português. O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, assume ainda a integração da disciplina PLNM quer no currículo básico quer no currículo do secundário. Deste modo, no ensino básico esta disciplina passa a partir de 2012 a constituir-se como disciplina do curriculum, tal como já sucedia no ensino secundário, deixando de funcionar apenas no âmbito do apoio ao estudo ou apoio educativo.

Os alunos do Ensino Básico e Secundário abrangidos pela disciplina de PLNM correspondem a alunos cuja língua materna não é o português, encontrando-se também abrangidos os filhos de cidadãos nacionais em situação de retorno a Portugal, bem como os alunos filhos de pais com origem de um país de língua oficial portuguesa (e.g. Brasil, PALOP, Timor) ou de nascidos em Portugal mas com competências linguísticas que não lhes permite uma integração total no currículo regular (aprofunde em [Oliveira e Gomes, 2017: 112-115](#)).



Fonte: DGEEC, Ministério da Educação (sistematização de [Oliveira e Gomes, 2017: 113](#)).

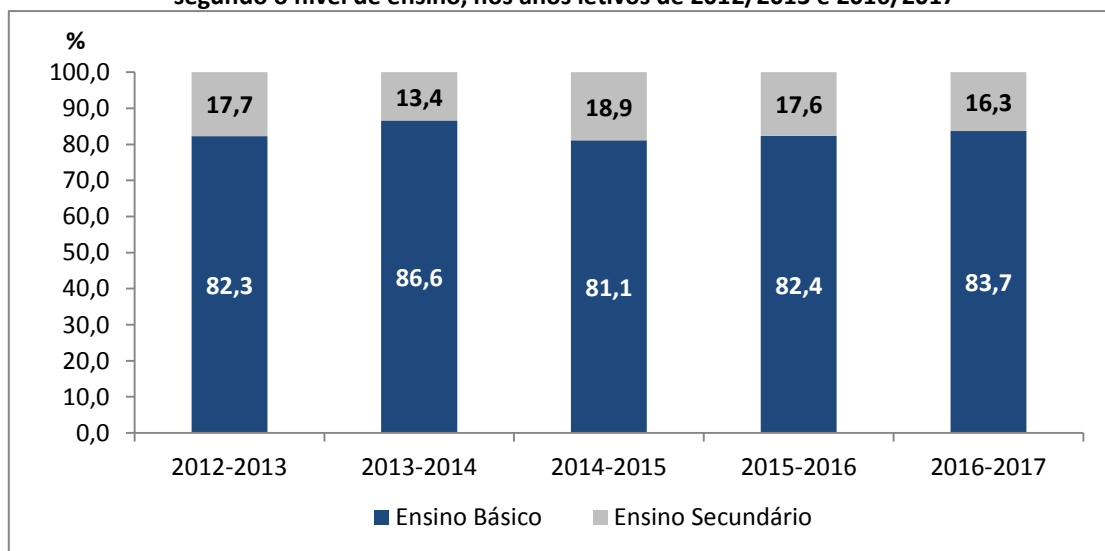


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

No ano letivo de 2016/2017 encontravam-se matriculados na disciplina de PLNM 3.162 alunos, verificando-se uma recuperação dos inscritos face ao ano letivo anterior (em 2015/2016 foram 2.644 alunos) e da tendência evolutiva anterior de crescimento dos inscritos desde a criação da oferta da disciplina PLNM. Desde o início desta década (2010/2011) até ao ano letivo de 2014/2015 o número de alunos na disciplina de PLNM quadruplicou (passando de 1.014 para 4.219). A diminuição dos inscritos no ano letivo 2015/2016 não é alheia, por um lado, à quebra da natalidade da população estrangeira (que se tem vindo a sentir desde início desta década) e que gera neste último ano letivo a primeira coorte de crianças com idade escolar; e, por outro lado, à diminuição global da população estrangeira residente, com efeitos também no número de crianças filhas de imigrantes residentes no país. No ano letivo de 2016/2017 observa-se assim o recuperar dos alunos matriculados na disciplina, acompanhando também a evolução da população estrangeira residente em Portugal e do saldo migratório, que recuperaram nos anos de 2016 e 2017 depois de anos de diminuição da população estrangeira residente e de saldos migratórios negativos (a partir de 2011).

Mantendo a tendência de anos letivos anteriores, o nível de ensino onde se observa o maior número de inscritos é o ensino básico, onde se concentram 83,7% do total de alunos da disciplina no último ano letivo de referência.

Alunos matriculados na disciplina de PLNM em Portugal Continental, segundo o nível de ensino, nos anos letivos de 2012/2013 e 2016/2017



Fonte: DGEEC, Ministério da Educação (sistematização de [Oliveira e Gomes, 2017: 113](#)).

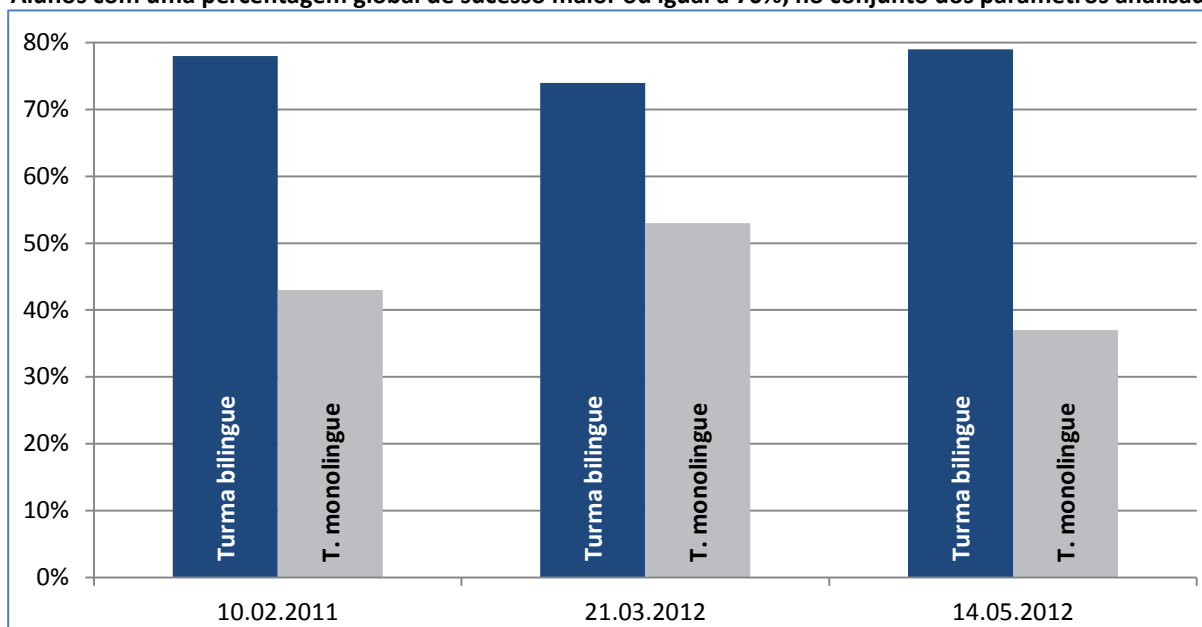
Noutra abordagem, têm ainda interesse considerar que em Portugal têm surgido também projetos experimentais de educação bilingue. O projeto *Bilinguismo, aprendizagem do Português L2 e sucesso educativo na escola portuguesa* decorreu de 2008 a 2012, sendo desenvolvido pelo então Instituto de Linguística Teórica e Computacional ([ILTEC](#)) e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. O projeto



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

passou em parte pela comparação de resultados entre uma turma de controlo (monolíngue) e uma turma experimental (bilingue), tendo esta última características socioculturais equivalentes às da primeira, com vista a uma avaliação comparativa do progresso escolar dos alunos (Mateus, 2011). Os resultados, dos sucessivos testes em língua portuguesa realizados no período do projeto coberto pelo relatório de progresso de novembro de 2012 foram sistematicamente favoráveis à turma bilingue, evidenciando vantagens comparativas de entre 21 e 42 pontos percentuais (Mateus, Pereira e Solla, 2012, p. 7).

Alunos com uma percentagem global de sucesso maior ou igual a 70%, no conjunto dos parâmetros analisados



Fonte: MATEUS, M. H. M.; PEREIRA, D.; e SOLLA, L. (coords.) (2012), *Relatório de Progresso do Projeto Bilinguismo, Aprendizagem do Português L2 e Sucesso Educativo na Escola Portuguesa. Agosto de 2011 a Julho de 2012*. Lisboa: Instituto de Linguística Teórica e Computacional, p. 7. (sistematização pela equipa do OM).